

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP DO PORTO DE FORTALEZA – 2021

DATA E HORA: 15/01/2021 às 8h:30min

LOCAL: Presencial e por videoconferência, através do sistema *Microsoft Teams*.

CONVIDADOS: **Miguel Ângelo Barroso Andrade**, Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária do Porto de Fortaleza; **Roni Perez De Melo**, representante da ANTAQ.

EXPEDIENTE

I. Verificação do quórum e abertura da reunião:

O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os presentes, declarando instalada a 3ª reunião ordinária do Conselho de Autoridade Portuária.

II. Aprovação da ata da 3ª reunião ordinária do CAP em 2020:

A Ata foi submetida à aprovação do plenário pelo Presidente e aprovada por unanimidade.

ORDEM DO DIA

III. Resultados preliminares da Companhia Docas do Ceará em 2020– Relatora: Mayhara Chaves – Presidente da Companhia Docas do Ceará.

A Diretora Presidente da CDC, Mayhara Chaves, apresentou os resultados financeiros da CDC referentes ao ano de 2020 e destacou a melhoria geral dos resultados da Empresa no ano. A Presidente da Empresa destacou a regularização dos débitos existentes e informou que a Companhia conseguiu finalizar o ano de 2020 com o expressivo valor de R\$ 8.900.000,00 (oito milhões e novecentos mil reais) em caixa.

A Presidente informou ainda que tal recurso viabilizará novos investimentos, principalmente em infraestrutura e que as contratações estão em fase licitatória, como a aquisição de elastômeros e materiais para conserto das defensas.

Quanto às despesas, a Presidente destacou a queda do montante despendido que passou de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões) em 2019 e, 17.000.000,00 (dezessete milhões) em 2020 como decorrência da otimização dos contratos. Para 2021 a tendência é que os custos se mantenham no mesmo patamar de 2020. No que se refere ao resultado econômico, a Presidente enfatizou a significativa redução do déficit contábil, que decresceu do valor médio dos últimos cinco anos, em torno de aproximadamente R\$ 18 milhões para R\$ 4,5 milhões.

Com relação à movimentação de cargas, a Presidente informou que houve aumento de 12% em relação ao ano de 2019. Em relação aos empregados, a Presidente informou a adoção de medidas de otimização do quadro de colaboradores para melhoria dos processos internos e maior eficiência do Porto, com a consequente redução no quadro de comissionados e efetivos, permanecendo diretamente ligadas à Companhia Docas o número de 118 (cento e dezoito) colaboradores.

O Conselheiro Francisco José de Lima Matos, representante da Associação do Comércio Exterior do Brasil – AEB, parabenizou a Presidente pelo excelente trabalho e, indagou-a quanto às seguintes questões: (i) Considerando a informação quanto a existência do valor em Caixa, há planejamento de investimentos para os próximos anos? (ii) Considerando a informação de redução de pessoal, como estaria a folha de pagamento atual em relação às anteriores as demissões, excluídos os valores gastos com as rescisões? (iii) Se a perspectiva de corte da folha continua para o ano de 2021? (iv) Como está a situação atual do arquivo da CDC?

Em resposta, a Presidente apresentou os seguintes esclarecimentos: (i) A CDC além do arquivo morto, mantém um arquivo intermediário no protocolo para a transição dos documentos para o sistema eletrônico SEI, sistema implantado na CDC em junho de 2020, onde desde então são tramitados os processos, atualmente não há mais abertura de processos físicos na Companhia (ii) não há intenção de redução do quadro de empregados, com exceção de aposentadoria compulsória para os que atingirem idade superior a 75 anos de idade, conforme orientação do Governo Federal e, um PDA previsto para fevereiro ou março de 2021 (iii) O Plano de Negócios e o Planejamento Estratégico da Companhia estão sendo finalizados, onde constarão os principais investimentos a serem feitos nos próximos cinco anos.

O Presidente do CAP, Eduardo Praça, sugeriu que na próxima reunião do Conselho, faça parte da pauta a apresentação do Plano de Negócios da Companhia.

O Conselheiro Francisco José de Lima Matos, levantou questão acerca da participação da Prefeitura e da União como acionistas de aportes, tendo em vista serem parte da Sociedade da Companhia. Em resposta, a Presidente da CDC informou que não há previsão nesse sentido por parte do Governo Federal. O Presidente do CAP, Eduardo Praça, complementou informando que os recursos das outorgas de leilões ficarão para as Companhias Docas.

IV. Atualização do PDZ do Porto de Fortaleza - Relatora: Mayhara Chaves – Presidente da Companhia Docas do Ceará.

A Presidente da CDC, Mayhara Chaves, informou que estão sendo levantadas informações para atualização do PDZ, solicitou o apoio dos conselheiros, no sentido de apresentarem sugestões que contribuam para a melhoria do PDZ.

O Presidente do CAP, Eduardo Praça, informou que caso haja a necessidade, dada a importância do tema, poderá ser realizada reunião extraordinária do Conselho, para tratar do assunto.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

V. Relatório da movimentação de cargas no Porto de Fortaleza em 2020. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Diretor Comercial da CDC, Mário Jorge Cavalcanti, informou que houve aumento na movimentação de cargas de 11,97% em relação ao ano de 2019, a movimentação acumulada foi de 4.903.000,00 toneladas, destacou o crescimento do granel líquido 4,9%, dos granéis sólidos o crescimento foi de 28,6%, o crescimento do trigo foi de aproximadamente 9%, informou ainda o crescimento da movimentação dos não cereais, que em 2019 foi de 1.719.000,00 toneladas e em 2020 foi 2.285.000,00 toneladas. Quanto à carga geral, o Diretor informou que houve redução de 18%, o mesmo ocorreu na movimentação de contêineres, cuja redução foi de 23%, ele esclareceu que esses resultados decorreram da diminuição da

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

movimentação de frutas, que havia sido de 486.000,00 toneladas em 2019 e em 2020 foi de 398.000,00 toneladas.

O Conselheiro Francisco José Teles de Santana, representante da Associação Brasileira de Terminais Alfandegados – ABTRA, acrescentou a informação de que houve problemas de bombas do MHC, o material precisou ser importado da Europa, o que demorou aproximadamente três meses, comprometendo a movimentação do ano de 2020.

O Conselheiro Paulo Renato da Silva Regis, representante da Federação Nacional dos Portuários – FNP, registrou a importância dos trabalhadores avulsos para a movimentação do Porto, falou da preocupação com a exposição dos trabalhadores avulsos à Pandemia, considerando que suas atividades não podem ser interrompidas por serem essenciais para que se mantenha a movimentação do porto e solicitou apoio da Presidente da CDC para que os trabalhadores avulsos do Porto sejam incluídos na priorização para recebimento das vacinas.

O Diretor Comercial, Mário Jorge Cavalcante, informou que a Presidente da CDC, já havia solicitado, via ABEPH, instituição da qual ela também é presidente, aos Ministérios da Saúde e da Infraestrutura, a inclusão dos trabalhadores portuários na preferência para o recebimento das vacinas.

O Conselheiro Francisco José de Lima Matos, representante da Associação do Comércio Exterior do Brasil – AEB, sugeriu a criação de metas para simplificar a movimentação de cargas. O Conselheiro também destacou que com a chegada das águas do Rio São Francisco ao Ceará, há possibilidade de retorno de empresários do ramo de frutas, razão pela qual sugeriu a elaboração de planejamento quanto a esse ponto.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VI. Atualização sobre a operacionalização do Terminal Marítimo de Passageiros. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Diretor Comercial da CDC, Mário Jorge, informou que o MINFRA demandou que o grupo de investidores interessados fosse procurado, o que já foi feito, os investidores solicitaram uma reunião com a Secretaria de Portos, para tratar da possibilidade de ser concedida carência quanto ao pagamento do arrendamento. O Diretor informou que para isso será necessário mudar a estrutura do projeto do arrendamento, o que demanda tempo, sendo necessário que o projeto volte à ANTAQ. A reunião já foi solicitada, a expectativa é de que em janeiro ou fevereiro se realize uma reunião em Brasília para definição de nova estratégia para o arrendamento.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VII. Informação quanto ao andamento dos trâmites relativos às licitações dos Terminais MUC01 e MUC59. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira - Representante da Autoridade Portuária.

O Diretor Comercial, Mario Jorge, informou que a licitação do MUC01 - Armazém A-1 está tramitando no Tribunal de Contas da União - TCU, aguardando liberação para a ANTAQ proceder com a elaboração do Edital. Acredita-se que no primeiro trimestre de 2021, haja liberação do TCU e o Edital seja lançado.

Quanto à licitação do Terminal MUC59, o Diretor informou que se trata de uma formuladora de combustível, localizada na antiga área da Transnordestina. O processo está em

análise técnica na ANTAQ, em seguida será encaminhado para o Tribunal de Contas da União - TCU. A expectativa é que até o final do primeiro semestre de 2021 seja lançado o Edital.

Em relação ao Cais Pesqueiro de Camocim, o Diretor informou que foi assinado pelo Presidente da República o Decreto Presidencial que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer a descentralização dos terminais pesqueiros públicos. Agora, depende de uma Portaria do Ministério da Agricultura, através da Secretaria de Pesca, para descaracterizar o terminal pesqueiro de Camocim com terminal pesqueiro público, quando for feita a descaracterização, será feita a licitação.

O Presidente do Conselho, reiterou que os valores das outorgas das licitações das áreas citadas ficarão como receita para o Porto, não entrarão mais para o Caixa da União, entrarão diretamente para a Companhia Docas.

O Diretor Comercial acrescentou a informação de que no Edital da licitação do MUC01 consta a obrigatoriedade de o arrendatário fazer o derrocamento do berço 103, cujo valor será descontado do pagamento da outorga.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VIII. Atualização sobre o processo de transferência do parque de tancagem do porto de Fortaleza para o Porto do Pecém – Situação da comissão interportos. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Diretor Comercial, Mário Jorge, informou que está aguardando a confirmação da data para uma reunião com o Ministro do MINFRA, para a Diretoria da CDC mostrar a importância da permanência do parque de tancagem no Porto de Fortaleza. Informou que foi feito um trabalho demonstrando a desvantagem do fechamento do parque de tancagem no Mucuripe, mostrando as alternativas possíveis para manutenção do parque em Fortaleza.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

IX. Atualização sobre o problema do tráfego de caminhões no entorno das distribuidoras. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Diretor Comercial, Mário Jorge, informou que após a pavimentação realizada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, a quantidade de caminhões no entorno do Porto reduziu sensivelmente. Informou ainda, que foi enviada carta à Prefeitura agradecendo o empenho no trabalho realizado para a solução do problema no entorno no Porto e, na mesma carta, foi feito pedido para solucionar a situação no entorno das distribuidoras.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

X. Dragagem de manutenção do Porto de Fortaleza – Relator: Miguel Ângelo Barroso Andrade - Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária.

O Presidente do Conselho, Eduardo Praça, reiterou a questão da necessidade de batimetria do canal de acesso do Porto para fins de dragagem. O Presidente do CAP ressaltou que a tendência é a redução da disponibilidade de recursos públicos para investimentos nas Companhias Docas. Por outro lado, destacou que a CDC poderá contar com os recursos que virão das outorgas dos terminais portuários que serão arrendados. Nesse tocante, o CAP resalta que há a necessidade da Companhia planejar ações de manutenção da infraestrutura,

principalmente a questão da dragagem de manutenção. A Diretoria informou que o assunto foi tratado no CONSAD, e a posição repassada é que esse assunto será priorizado no plano de investimentos da Companhia.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

XI. Atualização sobre as providências para remoção dos restos do navio NM SEAWIND. Relator: Ricardo Barillo - Representante da Capitania dos Portos.

O Conselheiro Ricardo Barillo, representante da Marinha do Brasil, informou que o processo do navio SEAWIND teve sua última movimentação em 2018, quando houve uma decisão que atribuiu para a Marinha algumas responsabilidades com relação a remoção do SEAWIND. O Conselheiro sintetizou o histórico do navio, informando que o navio afundou em junho de 2012, tendo sido empreendidas pela Companhia Docas todas as demandas necessárias.

O Conselheiro informou que, durante as discussões relacionadas ao navio, surgiram alguns questionamentos, dentre eles, se o local em que o navio está afundado causa alguma interferência nas atividades do Porto. Sobre esse assunto, a Diretoria informou que a posição do navio não interfere em nada nas atividades do Porto.

Diante desse contexto, o Conselheiro Ricardo Barillo, informou que encaminhará o assunto formalmente à Companhia Docas para que a Empresa analise a necessidade ou não da remoção do navio do local em que se encontra atualmente e, posteriormente, caso necessário, se dará prosseguimento a questão.

O Presidente do Conselho, se comprometeu com a formalização do assunto para que haja manifestação formal da Companhia Docas, da Secretaria de Pesca, e do CONSAD sobre qual a diretriz a ser dada a questão.

O Presidente do Conselho, propôs que após ser dado encaminhamento do assunto para a CDC, esse ponto seja retirado da pauta permanente das reuniões do CAP, voltando a ser tratado em caso de haver atualização da questão.

XII. Atualização sobre o processo para aumentar o volume de cargas no Píer Petrolero. Relator: Eduardo Bellaguarda – Representante do ABTP.

O Conselheiro Eduardo César de Oliveira Bellaguarda, representante da Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP, informou que a questão envolve dois aspectos: a ampliação da tancagem que tem projetos em andamento, e a questão da infraestrutura do píer que ficou de ser tratada pela Companhia Docas junto à Capitania.

O Conselheiro repassou também informações referentes ao recorde de venda de asfalto em 2020 em relação a 2019, o aumento da movimentação de asfalto foi de 22%, o que representa um marco importante em termos de infraestrutura rodoviária. Com relação aos combustíveis, o conselheiro informou que o comparativo do último trimestre de 2019 com o mesmo período de 2020, demonstrou o aumento do patamar médio de 80.000m³ de gasolina e diesel para 100.000m³ dos produtos.

O Conselheiro destacou a importância da sensibilização com relação a manutenção da tancagem no Mucuripe, no médio e longo prazo, ressaltando que: já existem investimentos sendo trabalhados por parte da Ipiranga, há pedido de interligação da Ultragas com a tancagem do GLP, e a SP também solicitou interligação para aumento de tancagem.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

Sobre o desinvestimento Lubnor, o Conselheiro informou que as negociações estão avançadas e a expectativa é de que em março seja assinado um contrato de transição e até dezembro o contrato seja fechado. Finalmente, o Conselheiro informou que em março, será realizada operação de transbordo de diesel no Porto do Pecém.

O Diretor Comercial, Mário Jorge, informou que a Companhia não dispõe de meios para aferir a viabilidade do aumento do volume de cargas no píer petroleiro, mas será providenciada a contratação de serviço de engenharia específico para realizar os testes necessários referente à questão.

O Presidente do Conselho, propôs que o assunto passe a ser pautado no mesmo item do assunto da tancagem, voltando a ser tratado individualmente em caso de haver atualização da questão.

XIII. Prevenção de Crimes Transfronteiriços. Relator: Ricardo Barillo - Representante da Marinha do Brasil.

O Conselheiro Ricardo Barillo, representante da Marinha do Brasil, apresentou um panorama dos últimos acontecimentos, citando as últimas apreensões ocorridas no Porto do Pecém, conforme foi relatado pela imprensa. Destacou a necessidade de que o tema seja tratado, em razão das ocorrências de apreensões de drogas em outros portos e alertou que eventuais investidas poderiam acometer o Porto de Fortaleza. Neste contexto sugeriu aos conselheiros a apresentação de dados de ações voltadas a mitigar o uso do Porto como hub para crimes transfronteiriços.

O Diretor Comercial, Mário Jorge, informou que a Companhia recebeu da FIEC, solicitação para analisar a possibilidade de inclusão do Cais Pesqueiro em um convênio com o Governo do Estado para instalação de uma marina pública para segurança do local.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

ASSUNTOS GERAIS:

O Conselheiro Francisco José de Lima Matos, representante da Associação do Comércio Exterior do Brasil – AEB, informou acerca da modernização da TERGRAN, destacando a reforma dos dois guindastes que passaram a ser totalmente informatizados e o acréscimo de mais duas esteiras que viabilizam o aumento da recepção de trigo.

O Sr. Roni Perez De Melo, representante da ANTAQ, registrou seu agradecimento à Companhia pela recepção do curso de operação de drones, e pela instalação da Unidade Regional da ANTAQ na sede administrativa do Porto.

O Conselheiro, Ricardo Barillo, representante da Marinha do Brasil, informou que o antigo farol será demolido nos próximos meses.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Constatada a inexistência de qualquer outro assunto a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata a que se refere esta Reunião do Conselho de

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

Autoridade Portuária que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes e pela secretária.

Fortaleza, 15 de janeiro de 2021.

EDUARDO ROCHA PRAÇA
Presidente do CAP

FRANCISCO JOSÉ LIMA MATOS
Conselheiro

MÁRIO JORGE CAVALCANTI MOREIRA
Conselheiro

JOSE RIBAMAR DOS SANTOS FILHO
Conselheiro

BRUNO IUGHETTI
Conselheiro

CARLOS MURILO DE A. PIRES
Conselheiro

FRANCISCO JOSÉ T. SANTANA
Conselheiro

JOSÉ VALDECI ALVES DA SILVA
Conselheiro

LEOPOLDO ARAÚJO BERTINI
Conselheiro

CAIO BRENO MOREIRA DAMASCENO
Conselheiro

MAYHARA M. PEREIRA CHAVES
Conselheira

PAULO RENATO DA SILVA REGIS
Conselheiro

RODRIGO DE CASTRO PEREIRA
Conselheiro

EDUARDO CÉSAR BELLAGUARDA
Conselheiro

RICARDO BARILLO CRUZ
Conselheiro

RANIELE FERREIRA DE LIMA
Conselheiro

LEONICE COSTA
Secretária